

A gênese de uma nação rentista: petróleo e política externa numa Venezuela em transição

The genesis of a rentist nation: oil and foreign policy in a transitional Venezuela

Pedro Henrique de Moraes Cicero*

Resumo

O artigo expõe e analisa as implicações decorrentes do rentismo tanto para a estrutura político-econômica doméstica quanto para a política externa exercida pela Venezuela. Ao constatar que a riqueza do país é gerada, majoritariamente, pelo comércio do petróleo no exterior, o texto problematiza as dificuldades enfrentadas em razão de esta atividade não compor uma cadeia produtiva extensa, mas, sim, um conjunto restrito de ações e serviços vinculados à extração de recursos não-renováveis. Nesse contexto, apresentam-se as diferentes maneiras pelas quais a natureza rentista da economia venezuelana repercutiu, também, em sua política externa. O marco temporal recai sobre o processo que, entre 1908 e 1945, consolidou a primazia da atividade petrolífera, enfatizando-se o emergir da “diplomacia do petróleo” e o estabelecimento da vocação centro-americanista e caribenha da política externa venezuelana.

Palavras-Chave: Venezuela; Rentismo; Petróleo; Política Externa

Abstract

The essay exposes and analyses the implications of oil rentism for both the domestic political-structure and the foreign policy pursued by Venezuela. Noting that the country's wealth is generated mainly by the trade of oil abroad, the work discusses the difficulties faced due to the fact that the aforementioned activity is not part of a large chain of productive activities, being, on the contrary, part of a limited set of actions and services related to the extraction of non-renewable natural resources. Within this perspective, the study presents the different ways in which the *rentier* nature of the Venezuelan economy reflected in its foreign policy. The timeframe lies on the process that, between 1908 and 1945, consolidated the primacy of oil as

* Doutor em Ciência Política pela UNICAMP. Professor de graduação e pós-graduação em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI/UFU). E-mail: pedrohenrique@ufu.br

the main component of the economy, emphasizing the emergence of “oil diplomacy” and the establishment of the Central American and Caribbean vocation of Venezuelan foreign policy.

Keywords: Venezuela; Rentism; Oil, Foreign Policy

Introdução

*“Na Venezuela, mais que em qualquer outra parte, carecem de significado muitas das ideias convencionais sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico. Trata-se de uma realidade histórica sui generis que, como tal, deve ser compreendida e analisada”.*¹

O presente artigo objetiva delinear as principais características da estrutura político-econômica venezuelana estabelecida ao longo primeira metade do século XX. Mais especificamente, dada à abrangência do objeto, priorizou-se o estudo sobre o estabelecimento e as implicações – tanto internas, quanto internacionais – da realidade *rentista* desde então firmada no país sul-americano, de modo a problematizar a situação de dependência enfrentada em decorrência da monoexportação de hidrocarbonetos.

Assim, ao detalhar o processo histórico que culminou na transformação da Venezuela em um país petrolífero, busca-se realçar o “duplo-caráter” resultante da hipertrofia deste setor naquela sociedade: de um lado, internamente, uma situação político-econômica problemática, tendo em vista os “efeitos colaterais” ocasionados pelo *rentismo*; de outro, graças ao peso geopolítico e estratégico aferido pela abundância do referido recurso natural, uma potencialidade para a inserção mais assertiva por parte da Venezuela na dinâmica das relações internacionais.

Ao pormenorizar as raízes de sua estrutura macroeconômica almeja-se, essencialmente, demonstrar, tendo em vista o amplo déficit na matriz energética dos países centro-americanos e caribenhos, as razões pelas quais a então estabelecida “diplomacia do petróleo” elegeu aquela região como prioridade na construção da agenda de inserção regional articulada por Caracas.

¹ FURTADO, Celso. Notas sobre a economia venezuelana e suas perspectivas atuais. In: FURTADO, Celso. *Ensaio sobre a Venezuela: Subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro, Centro internacional Celso Furtado, 2008, p.119.

Complementarmente, o texto também se ocupa da problematização relacionada aos impactos não necessariamente positivos oriundos do superdimensionamento do setor petrolero-exportador para a sociedade venezuelana.

A Ditadura Gomecista e a consolidação do rentismo petrolero venezuelano

As primeiras prospecções de hidrocarbonetos em solo venezuelano datam de 1878, ano da fundação, no Estado de Táchira, da pioneira “*Compañía Nacional Minera Petrolera del Táchira*”. Seu dono, o venezuelano Manuel Pulido, obteve do governo regional a concessão para explorar as jazidas de petróleo localizadas em uma localidade conhecida como “*La Alquitrana*”. Após esta, seguiram-se outras permissões firmadas pelo governo para que a iniciativa privada nacional conduzisse as primeiras atividades de exploração petrolífera no país.²

Entretanto, esses primeiros esforços visando à utilização comercial do óleo alcançaram um rendimento limitado.³ Com o passar do tempo, mais especificamente a partir da década de 1920, os investimentos na atividade petrolífera cresceram significativamente. A descoberta de novas jazidas fez do país - até então pobre e pouco atraente aos grandes negócios capitalistas - um novo e importante centro receptor de investimentos estrangeiros. Cumpre salientar, porém, que inicialmente tais aportes destinavam-se, apenas, às atividades de extração e transporte do óleo, pois as refinarias estavam instaladas pelas companhias transnacionais nas ilhas de Aruba e Curaçao, ambas sob o jugo colonizador holandês.⁴

Nesse contexto, a incorporação de interesses internacionais na exploração de hidrocarbonetos em solo venezuelano teve início em 1893, ano em que R.H. Hamilton e J.A. Phillips obtiveram as primeiras permissões concedidas diretamente a cidadãos estadunidenses para levar a cabo atividades extrativistas na cidade de Guanoco, Estado de Sucre. Então, governava a Venezuela Cipriano Castro (no cargo entre outubro de 1899 e dezembro de 1908), quem, ao longo de sua administração, reiteradamente passou a outorgar concessões a negociantes e investidores estrangeiros. Verifica-se, pois, que, praticamente desde seu início, as atividades de exploração petrolera na Venezuela foram, em grande medida, financiadas e estabelecidas por meio da assinatura de

² UZCÁTEGUI, Rafael. *Venezuela: la revolución como espectáculo*. Buenos Aires: El Libertario, 2010.

³ ERASO, Gerardo. *Sembrando el petróleo: 100 años de historia*. Caracas: Fundación Venezuela Positiva, 2001.

⁴ MELCHER, Dorothea. “La industrialización de Venezuela”. In: *Revista Economía*, Caracas, nº10, 1994, p.47-72.

contratos internacionais de concessão.⁵ É relevante, aqui, detalhar as condições sobre as quais repousavam os referidos contratos:

La concesión de explotación se otorgaba por un plazo de 40 años. El concesionario se obligaba a pagar un impuesto superficial por hectárea; un impuesto inicial de explotación por hectárea y un impuesto superficial progresivo. El concesionario estaba obligado a pagar también el impuesto de explotación o regalía, equivalente al 10% del valor promedio del petróleo durante el mes anterior en el puerto venezolano de embarque. Obtenida la concesión, el concesionario disfrutaba del derecho de importar los bienes necesarios para su actividad, sin pagar aranceles. Y, al finalizar el plazo de la concesión, el concesionario debía dejar en beneficio de la nación las obras permanentes que se hubieren construido en ellas.⁶

A aludida política iniciada por Castro – a qual firmou as bases para a exploração do petróleo venezuelano ocorrer, majoritariamente, a partir dos interesses e da iniciativa das empresas transnacionais – foi mantida sem grandes alterações durante toda a gestão ditatorial de Juan Vicente Gómez (1908-1935), de tal maneira que nas três primeiras décadas do século XX foram outorgadas em concessão, para fins de extração de petróleo, aproximadamente trinta milhões de hectares do território venezuelano, espaço este equivalente a quase um terço de sua extensão total. Salta aos olhos outro dado, também relatado por Domingo Maza Zavala: de 181 concessões outorgadas em 1920, passou-se para 2.374 em 1921, sendo que, em média, Gómez autorizou 323 permissões anuais até deixar o poder, em 1935.⁷ A voracidade estrangeira em receber concessões explicava-se pela descoberta de jazidas ainda maiores e mais rentáveis no país caribenho, notadamente o campo de Mene Grande, no estado de Zulia, em operação desde abril de 1914.

Contudo, os conflitos internacionais desencadeados em decorrência da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) retardaram por alguns anos o provimento dos investimentos requeridos para o pleno desenvolvimento da recém-estruturada atividade petroleira. Não obstante, ainda em outubro de 1918, a ditadura *gomecista* foi responsável pela promulgação do primeiro marco regulatório sobre a exploração de recursos minerais no país, o “*Decreto Reglamentario de carbón, petróleo y sustancias similares*”,⁸ o qual fixou entre 8%

⁵ UZCÁTEGUI, op. cit., p. 49.

⁶ MORA CONTRERAS, José. *Contratos de exploración y producción de petróleo: Origen y evolución*. Mérida: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales. Universidad de Los Andes, 2011, p.19.

⁷ MAZA ZAVALA, Domingo. *Lo bueno y lo malo del petróleo en el siglo XX*. Caracas: Fundación Venezuela Positiva, 2001, p.145.

⁸ O texto do referido decreto pode ser lido na íntegra em: <https://openlibrary.org/books/OL6635860M/>

e 15% a taxa de royalties devida pelas empresas transnacionais ao Estado venezuelano.

Por sua vez, já em julho de 1920, foi aprovada a “*Ley sobre los Hidrocarburos y demás Minerales Combustible*”,⁹ desta feita fixando em 15% dos lucros aferidos pelas empresas o valor mínimo a ser pago ao Estado a título de royalties.¹⁰ Ademais, e de maneira bastante relevante, a referida lei restringiu as áreas de concessão à iniciativa privada – aumentando, em contrapartida, as áreas de exploração reservadas exclusivamente ao Estado venezuelano – além de dispor que todo o petróleo disponível no território do país era de propriedade estatal, sendo as receitas do proprietário das terras onde se encontravam as jazidas, portanto, sujeitas à tarifação.¹¹

Tendo em vista as consequências comercialmente prejudiciais à participação da iniciativa privada na exploração petrolífera venezuelana, as deliberações propugnadas pelo texto legal de 1920 não foram bem recebidas pelas companhias internacionais estabelecidas no país. Nesse sentido, e com base em algumas inconsistências havidas na lei, a pressão exercida pelas empresas estrangeiras fez com que o Congresso Nacional sancionasse um novo e mais permissivo ordenamento em nove de junho de 1922.¹²

Assim, foi apenas em 1922 – e a partir de um marco regulatório pronunciadamente favorável às companhias estrangeiras – que houve a retomada completa dos investimentos destinados à exploração de hidrocarbonetos venezuelanos, com a perfuração do poço “*Los Barrosos*”, novamente no estado de Zulia. Esta prospecção é simbólica para a indústria petroleira do país, dado o enorme potencial de extração da referida reserva que, segundo relata Eraso (2001), por dez dias, fez jorrar um jato de óleo que atingiu 100 metros de altura.

Decreto_reglamentario_del_carbon.

⁹ Disponível em: http://acienpol.msinfo.info/bases/biblio/texto/LEYESYDECRETOS/45/1922_91-107.pdf.

¹⁰ O pagamento de royalties resulta de uma obrigação legal por parte das empresas privadas que, a título de compensação financeira, devem ressarcir o proprietário das terras ou da área onde se realizam as atividades de extração do petróleo. No caso do país caribenho, as alíquotas devidas ao Estado venezuelano variaram ao longo dos anos, conforme será detalhado neste artigo.

¹¹ LANDER, Edgardo. *Venezuelan social conflict in a global context*. Caracas: Alfandil, 2003.

¹² A pressão exercida pelas grandes empresas exploradoras de petróleo sobre os governos dos países onde se encontram as jazidas sempre foi bastante pronunciada. Tanto que, poucos anos após esta primeira ingerência, as chamadas sete irmãs – Standard Oil (Exxon), Royal Dutch Shell, Gulf Oil Corporation, Texas Oil Corporation (Texaco), Socony Mobil, Standard of California e British Petroleum (BP) – estabeleceram um cartel de produtores, o qual logrou dividir entre elas o mercado petroleiro mundial, além de firmar políticas que regulavam os investimentos e a produção do combustível (BARROS, Pedro Silva. *Governo Chávez e desenvolvimento: a política econômica em processo*. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007).

É, também, nesse momento - mais precisamente a partir do ano de 1927 - que, segundo Maza Zavala,¹³ passa a vigorar a chamada “era do petróleo na Venezuela”. Isso porque, naquele ano, pela primeira vez, as exportações de hidrocarbonetos e outros minérios superaram as exportações agrícolas. A tabela abaixo ajuda a demonstrar o fulminante crescimento da participação do comércio petrolífero no orçamento nacional venezuelano.

Tabela 1: Orçamento Nacional e Ingresso Fiscal Petrolífero na Venezuela (1923-1928)

Ano	Orçamento Nacional (milhões de Bolívars)	Participação do Petróleo na arrecadação total (%)
1923	89.398	4,23
1924	112.164	5,27
1925	148.474	14,05
1926	179.445	9,96
1927	175.233	12,23
1928	204.345	22,60

Fonte: Elaboração própria.¹⁴

Por sua vez, os primeiros anos da “era petrolífera” na Venezuela marcarão, também, o início de uma inserção mais proeminente do país em âmbito internacional. Entretanto, e concordando com o internacionalista venezuelano Carlos Romero,¹⁵ a junção entre a precariedade político-econômica herdada do período anterior e os problemas decorrentes da condição da exacerbada dependência relacionada à monoexportação de petróleo forjou, desde então, uma prática de política exterior caracterizada por um elevado grau de ambivalência. Tem-se, pois, aqui, a origem de uma das mais relevantes, longevas e peculiares especificidades assumidas pela diplomacia venezuelana ao longo de sua história: uma prática discursiva ativa, que postula uma atuação internacional autônoma e protagônica, a qual, porém, está limitada pela “realidade petrolífera”¹⁶ e sua consequente subordinação aos interesses

¹³ MAZA ZAVALA, op. cit., p. 93.

¹⁴ Elaboração a partir dos dados contidos em: VALLENILLA, Luis. *Auge, declinación y porvenir del petróleo en Venezuela*. Caracas: Editorial Tiempo Nuevo, 1973, p.26.

¹⁵ ROMERO, Carlos. “Venezuela: su política exterior y el Caribe”. In: *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol. 10, nº 3, 2004.

¹⁶ “La influencia venezolana en el escenario regional depende absolutamente del petróleo, tanto así que su propia política exterior es delineada por los recursos provenientes de este bien” (In: MANDUCA, Paulo.

políticos e comerciais envolvidos no processo de negociação do combustível no mercado internacional.

Assim, já expostos a esta contradição, firmaram-se os marcos iniciais da política petrolífera venezuelana ao longo da ditadura de Juan Vicente Gómez, a qual, apesar de tentar assegurar uma maior participação do Estado nas atividades rentistas a partir da [malfadada] lei de julho de 1920, acabou não oferecendo resistência efetiva à penetração das grandes corporações estadunidenses e europeias interessadas em alavancar o processo de exploração de hidrocarbonetos no país caribenho.

Por outro lado, ao regular de maneira acanhada as referidas negociações – conferindo, por conseguinte, grandes vantagens comerciais à iniciativa privada estrangeira – Caracas adquiria, em contrapartida, uma importante margem de barganha em relação aos Estados que sediavam ditas companhias. A partir de então, pois, firmou-se uma prática intermitente na Política Externa Venezuelana (PEV) ao longo do século XX: a utilização do petróleo como ferramenta para angariar aliados de peso no cenário internacional, os quais, por conta do bom relacionamento comercial com os venezuelanos, se inclinam a não interferir nos assuntos domésticos do país.

Tal estratégia, externada pela primeira vez durante a administração de Gómez, fundamentava-se na preocupação de que a Venezuela fosse, mais uma vez, alvo de ingerência externa. O receio era alimentado pela desagradável memória oriunda do bombardeio efetuado por navios de guerra britânicos e alemães na cidade de Porto Cabello, em dezembro de 1902, durante o governo do General Cipriano Castro. Naquela ocasião, a violência perpetrada materializou-se como resposta ao não pagamento de dívidas contraídas junto a instituições financeiras internacionais pelo referido governo. Este ataque, por conseguinte, serviu para que Gómez ficasse obcecado pela necessidade de não cultivar hostilidades de nenhum tipo frente às grandes potências como parte fundamental da estratégia voltada a garantir a sobrevivência política de seu regime. O petróleo, indubitavelmente, foi uma ferramenta extremamente útil para tanto.¹⁷

O posicionamento acima descrito, conforme já aventado, materializou-se através das políticas de concessão em benefício das empresas transnacionais colocadas em prática durante a ditadura de Juan Vicente Gómez:

“La energía en la política sudamericana: características de las relaciones entre Brasil y Venezuela”. In: *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales* (UNAM), ano 57, nº 216, 2012.

¹⁷ GONZÁLEZ, Miguel. “El petróleo como instrumento de política exterior en el gobierno del presidente Hugo Chávez Frías”. In: *Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura*. Vol. IX, nº.2, 2003.

Entre 1919 y 1940 se otorgaron 4.208 concesiones de exploración y explotación y 4.471 concesiones de explotación. La mayoría de estas concesiones, otorgadas a ciudadanos venezolanos, terminaron siendo cedidas a las filiales locales de las estadounidenses *Standard Oil of New Jersey* y *Gulf Oil Company*, establecidas respectivamente en Venezuela desde 1921 y 1925.¹⁸

Nesse sentido, e como consequência do exponencial aumento das atividades petrolíferas no país, uma crescente quantidade de dividendos passou a ser repassada ao Estado venezuelano. Tais recursos foram utilizados, neste primeiro momento, para assegurar a continuidade da ditadura de Gómez através da criação de um exército permanente central, eliminando, assim, o regionalismo e a luta dos caudilhos pelo poder. Foi a partir deste aporte financeiro gerado pelo comércio do petróleo que se ergueu a chamada “Venezuela *Gomecista*”, sendo este o primeiro governo a estabelecer, efetivamente, a unidade nacional venezuelana, após um século de conflitos e guerras civis pós-independência. Data também desta época, apesar do regime autoritário, a consolidação de intensas atividades políticas no âmbito da nascente sociedade civil venezuelana em decorrência, fundamentalmente, da formação de uma diminuta – porém articulada – classe trabalhadora,¹⁹ bem como das vivências e sociabilidades emanadas das atividades promovidas pelas Universidades espalhadas por todo o país. Tais circunstâncias auxiliaram a tornar a Venezuela, possivelmente, o único país rentista-petroleiro do mundo a contar com uma sociedade civil politicamente sólida e atuante.²⁰

Com recursos provenientes da mesma origem, Gómez também investiu no desenvolvimento da infraestrutura nacional, especialmente através da construção de rodovias indispensáveis para interligar o território nacional. As inúmeras obras de grande porte efetuadas durante a administração de Gómez tornaram possível, também, o desenvolvimento produtivo de setores que Dorothea Melcher denominou “indústria da construção”, ou seja, fábricas, empresas de materiais e prestadores de serviços no ramo da construção civil, os quais aumentaram vertiginosamente seus negócios a partir das empreitadas comerciais proporcionadas pelo setor público venezuelano. Tais contratos, por sua vez, garantiram elevadas comissões aos funcionários públicos envolvidos

¹⁸ PARRA LUZARDO, Gerardo. *De la nacionalización a la apertura petrolera: derrumbe de una esperanza*. Caracas: BCV, 2009, p. 78.

¹⁹ MELCHER, op. cit., p. 55.

²⁰ LANDER, Luis. “Petróleo y democracia en Venezuela: del fortalecimiento del Estado a la subversión soterrada y la insurrección abierta”. In: *Revista Galega de Economía*, vol. 14, nº 1-2, 2005.

nas transações ocasionando, assim, o enriquecimento de novos grupos da burocracia estatal e fortalecendo setores produtivos nacionais.²¹

Para lograr sucesso nesse auspicioso projeto, o mandatário foi avaliado pelos grandes proprietários de terra e pelos grupos que atuavam junto ao capital financeiro, ou seja, os setores econômicos vinculados preponderantemente às atividades de exportação. Com isso, naquele momento e em virtude do comércio petrolífero, a consolidação dos fluxos de capital internacional direcionados ao país impulsionou a reestruturação dos padrões sociais venezuelanos, situação esta que culminou na redefinição dos planos e estratégias de desenvolvimento nacional. Assim, o grupo social dominante durante todo o século XIX - composto majoritariamente por proprietários de terra e comerciantes - redefiniu-se à medida que se modificaram as bases de uma economia até então agroexportadora para uma nova, de matriz petrolífera. Não houve, portanto, uma substituição de uma classe dominante por outra, mas sim uma readaptação do mesmo grupo social às novas formas de acumulação econômica.²²

Por sua vez, no que concernia à administração pública, desde a consolidação da prática rentista passou-se a investir na instrução e treinamento de burocratas e gestores públicos com vistas a torná-los capazes de negociar contratos e projetos junto aos investidores internacionais. Pelo fato do Estado ser o proprietário do subsolo venezuelano – e, conseqüentemente, das jazidas de petróleo – o setor público se tornou, também, o motor da economia do país. Fundava-se, assim, a arquitetura institucional hipertrofiada que caracteriza o Estado venezuelano desde então.²³

Complementarmente, também se tornou uma grande preocupação entre os intelectuais e governantes daquele país a efetivação de estudos e análises que viabilizassem a construção de um entendimento crítico e assertivo sobre a maneira pela qual economias tais como a venezuelana tendem a se comportar tendo em vista a sua excentricidade estrutural: o fato da riqueza nacional ser obtida, essencialmente, através da venda do petróleo no exterior. Esta singularidade faz com que grande parte das receitas obtidas pelo país seja resultado da arrecadação gerada, por meio da cobrança de impostos e demais encargos, não de uma gama ampla de setores produtivos interconectados à economia, mas sim da extração de um único produto, sendo este um

²¹ MELCHER, op. cit., p. 93, p. 58.

²² BARROS, op. cit., p. 112.

²³ CICERO, Pedro Henrique de Moraes. *Revolução Bolivariana e Lutas Sociais: o confronto político nos primeiros anos do governo Hugo Chávez Frías*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 2010.

combustível não renovável, cuja realização comercial ocorre fora das fronteiras venezuelanas. Trata-se, portanto, de uma atividade econômica em que não se produz; se capta. Nas palavras de Anibal Fagiolo:

Desde la aparición del petróleo, Venezuela recibe una remuneración especial en cuanto propietaria de un territorio, en el cual la naturaleza puso ingentes reservas de lo que es la mayor fuente de energía de la economía mundial. Desde el punto de vista de la Teoría Económica, esa remuneración, que se paga con cargo a la propiedad sobre los recursos naturales, es clasificada como “renta”; o sea, como un “ingreso apropiado” que no compromete el desgaste de recursos productivos y, por lo tanto, no genera lo que los economistas definen “ingreso productivo”, ligado estrechamente al trabajo socialmente prestado por la nación que habita ese determinado territorio.²⁴

A partir dessa constatação, firmada já durante a ditadura de Juan Vicente Gómez, restava claro que a receita advinda do comércio de hidrocarbonetos consubstanciava-se numa renda eminentemente extrativista, cujo resultado final não proporcionava uma cadeia de atividades econômicas ampla e altamente produtiva. Com isso, *a priori*, por conta do altíssimo fluxo de capital obtido através da venda do combustível, a renda petroleira gera instantaneamente o aumento nos níveis de consumo. Entretanto, sabe-se que, caso os setores produtivos tradicionais forem desprezados, ao invés de se tornar uma nova e eficiente fonte de acumulação de capital, os “petrodólares” poderiam se tornar um agente progressivamente parasitário para o desenvolvimento econômico do país.

Assim, conforme demonstrou o brilhante estudo de Celso Furtado, citado na epígrafe deste artigo, esta característica *rentista* presente na estrutura econômica venezuelana pós-1920 apresenta forte propensão a produzir um cenário caracterizado pelo contraste entre o nível de renda apresentado pelo país e o seu efetivo grau de desenvolvimento. Ou seja, materializa-se um cenário de “subdesenvolvimento com abundância de divisas”, uma realidade considerada *sui generis* no interior do capitalismo dependente. Sobre a mesma problemática, o chamado “paradoxo da abundância”, esclarece-se:

Aunque pueda causar sorpresa, la evidencia reciente y muchas experiencias históricas nos permiten afirmar que los países que se han especializado en la extracción y la exploración de recursos naturales, normalmente no han logrado desarrollarse [...] La profusión de recursos naturales de que disponen tiende, entre muchos otros procesos endógenos de carácter patológico que la acompañan, a distorsionar la estructura y la asignación de los recursos

²⁴ FAGIOLO, Anibal. “La influencia de la renta petrolera en el desarrollo de la economía social en Venezuela, 1998 – 2009”. In: *Cayapa*, v.9, n.18, dezembro de 2009, p. 94.

económicos del país, redistribuye regresivamente el ingreso nacional y concentra la riqueza en pocas manos, mientras se generaliza la pobreza, da paso a crisis económicas recurrentes, al tiempo que consolida mentalidades 'rentistas', profundiza la débil y escasa institucionalidad, alienta la corrupción y deteriora el medio ambiente.²⁵

Em que pese o efeito adverso causado pelas especificidades acima descritas,²⁶ após as prospecções efetuadas em Mene Grande - e em apenas vinte anos - a Venezuela alcançou a produção diária de 375 mil barris de petróleo, índice que, na época, fez do país caribenho tanto o segundo produtor como o primeiro exportador do óleo no mundo. Porém, como consequência da política de entrelaçamento ao capitalismo internacional estabelecida por Juan Vicente Gómez, grande parte da riqueza advinda da exploração dos hidrocarbonetos foi direcionada diretamente para os cofres das companhias estrangeiras, notadamente as estadunidenses. Nesse contexto, e com base no disposto pela citada lei aprovada em junho de 1922, coube ao erário apenas 15% dos lucros totais das operações.²⁷

A “Diplomacia do Petróleo” como catalisador da vocação centro-americanista da PEV

A partir da relatada consolidação do rentismo, firmou-se, também, a ampliação e valorização do aparelho diplomático venezuelano. O robusto aporte financeiro originado da elevação no consumo de hidrocarbonetos em decorrência do advento da Segunda Guerra mundial melhorou substancialmente os indicadores de desenvolvimento então postos, fato este que abriu caminho para a prática de iniciativas visando o adensamento da inserção do país nas relações internacionais. Solidificaram-se, assim, as bases através das quais se pautou a prática da PEV: a construção da imagem de um país petroleiro, confiável em suas relações comerciais, detentor de uma potente economia rentista e administrado por um Estado desproporcionalmente

²⁵ SCHULDT, John e ACOSTA, Armando. “Petróleo, rentismo y subdesarrollo: una maldición sin solución?” In: *Revista Nueva Sociedad*, nº204, agosto de 2006, p. 15.

²⁶ Para aferir o peso da participação estrangeira nos negócios petroleiros na Venezuela, o seguinte dado é elucidativo: “A principios de la década de los 40, el 99,5 % de la producción petrolera venezolana se concentró en las tres grandes empresas que operaban en el país: Standard Oil con 45,7 %, Shell con 33,2 % y la Mene Grande Oil Company con 20,6 % [sendo esta última filial da Gulf Oil Co.]” (In: MORA CONTRERAS, op. cit., p.29).

²⁷ BAPTISTA, Asdrúbal. *Bases cuantitativas de la economía venezolana, 1830-1989*. Caracas: Comunicaciones Corporativas, 1991.

abastado, exatamente por usufruir da renda petroleira. Sobre a emergência da “Venezuela petroleira” no âmbito internacional, enfatiza Romero:

El petróleo ha sido el principal vehículo para nuestra [da Venezuela] inserción en las relaciones internacionales contemporáneas, tanto desde el punto de vista de nuestra ventaja competitiva, como por los efectos secundarios de esa inserción: modernidad, progreso y proteccionismo. Este conjunto de factores ha promovido a su vez una cultura política considerada como estatista, facilista y poco impulsadora de la actividad privada, la dependencia de la sociedad civil del Estado y la vulnerabilidad des país ante las oscilaciones de los precios del barril del petróleo, tanto a escala mundial como en lo referido al barril de petróleo venezolano propiamente dicho.²⁸

Tais especificidades geraram, por conseguinte, cenários bastante claros que guiaram a inserção internacional do país a partir do pleno estabelecimento do rentismo como *modus operandi* da economia nacional. Assim, por razões decorrentes da primazia do comércio petroleiro como eixo central da pauta de exportações venezuelana e, também, da configuração geopolítica estabelecida pelo quadro de distribuição dos recursos energéticos entre os países latino-americanos, nota-se, desde então, uma inclinação em eleger as relações com os países centro-americanos e caribenhos como prioritárias e fundamentais para a potencialização do poder político exercido pelo país, ao menos em nível regional.

Nesse sentido, ao longo do século XX, percebeu-se um padrão de comportamento dual por parte dos venezuelanos em suas relações interamericanas: por um lado, almejando consolidar tratativas comerciais harmônicas e rentáveis, adotou-se uma postura eminentemente colaborativa, cordial e de reação/resposta às propostas e demandas formuladas por Washington. Naquele momento, restava claro que a inserção internacional venezuelana estava pautada, preponderantemente, na construção e manutenção de relações bilaterais estáveis com os Estados Unidos, em especial pelo fato de o país norte-americano ser o maior consumidor de petróleo do mundo.²⁹ Como ilustração de tal direcionamento menciona-se a assinatura do Tratado de Reciprocidade Comercial, em novembro de 1939, o qual assegurou à Venezuela

²⁸ ROMERO, op. cit., p.246.

²⁹ A estabilidade das relações bilaterais envolvendo Estados Unidos e Venezuela ao longo do período estudado se justifica pela interdependência comercial construída a partir do comércio petroleiro. No que concerne ao país caribenho, os EUA consolidaram-se enquanto um mercado consumidor de enormes proporções, num contexto em que, por conta da proximidade entre os dois países, os custos logísticos relacionados ao transporte do combustível são relativamente baixos. Por sua vez, as relações estáveis com os venezuelanos garantia aos estadunidenses uma fonte segura, constante e de baixo custo a um insumo crucial para o pleno desenvolvimento de suas estruturas produtivas e de guerra.

uma considerável redução nas tarifas para a importação de produtos industrializados estadunidenses de baixa composição técnica. Por sua vez, aos EUA foi garantida a redução pela metade das tarifas para a importação do petróleo venezuelano. Este tratado inaugurou uma série de acordos comerciais super-venientes entre os governos dos EUA e da Venezuela, sendo estes resultados diretos da aliança construída entre os setores estrangeiros vinculados à indústria petroleira e o governo venezuelano, o qual viabilizava o fomento do referido setor produtivo. Para além dos negócios articulados em torno da exploração de petróleo, a aproximação mercantil entre os dois países representou, também, o estabelecimento de um valioso mercado consumidor para o escoamento dos produtos industrializados estadunidenses. Tanto que, já em 1957, quando a população do país somava apenas pouco mais de sete milhões de habitantes, a Venezuela se converteu no sexto maior mercado consumidor do mundo de produtos “made in USA”.³⁰

Por outro lado, de maneira mais tímida e subjacente aos acordos comerciais estabelecidos com Washington, a diplomacia venezuelana, até os dias de hoje, vem conduzindo um esforço sistemático e proativo no sentido de se aproximar dos países da América Central e do Caribe – tratados como prioridade em sua agenda política internacional – com vistas a fazer valer sua posição de grande exportador de hidrocarbonetos para, a partir do petróleo, ganhar influência e poder frente àqueles Estados.³¹ Tal diretriz “centro-americana e caribenha” consolidou-se já no decorrer do período acima descrito e representa uma marcante particularidade da prática diplomática firmada pela política externa da Venezuela ao longo de sua história contemporânea.³²

Dita característica é, para este artigo, extremamente relevante e, por isso, merece uma reflexão mais aprofundada, na medida em que as vinculações entre a PEV e o comércio internacional do petróleo estão, aqui, perfeitamente claras: a ênfase conferida ao relacionamento com países centro-americanos e caribenhos pode ser explicada, entre outras razões, por aquela ser uma região mais carente em recursos energéticos, notadamente o petróleo, do que a América do Sul, por exemplo.

A estratégia adotada pelos venezuelanos parece partir de um referencial claramente inspirado nos princípios emanados do realismo político

³⁰ FERREIRA, Carla. A classe trabalhadora no Processo Bolivariano da Venezuela. Contradições e conflitos do capitalismo dependente petroleiro rentista. 2012. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

³¹ CICERO, *O rentismo petroleiro...* op. cit., p. 189.

³² ROMERO, op. cit., p. 251.

(“*realpolitik*”), segundo os quais as possibilidades práticas de uma nação se fazer valer do petróleo como um instrumento de poder em suas relações com outros Estados em determinada região estão atreladas, por uma questão lógica, a um cenário tal qual o centro-americano, onde a oferta do combustível está concentrada em um ou em poucos provedores (sendo a Venezuela, de longe, o maior deles). Consequentemente, se forma outro - e muito mais numeroso - agrupamento de países, os quais, por sua vez, dependem de fornecedores estrangeiros, já que não são autossuficientes em recursos energéticos. Desta situação emerge, pois, a possibilidade real da nação petroleira fazer uso de sua posição comercial vantajosa para ganhar influência e poder nas relações firmadas com estes outros Estados deficitários em recursos energéticos. Tal cenário se dá, na prática, por meio do estabelecimento da chamada “Diplomacia do Petróleo” que pode assumir duas facetas, a saber:

[...] one is the result of applying force and hegemony to control this energy resource [oil]; the other is the sometimes open and arbitrary use of oil wealth to influence events in other countries. The first situation revolves around the creation of domination and subordination between countries through the control of oil resources. A dependence of oil-importing countries can be further reinforced if supplies are sold at preferential prices or term. The second situation focuses on the actual exercise of the power of wealth in order to gain influence and power over other states by acting directly either on their governments or on opposition groups or movements.³³

Em se tratando especificamente do caso venezuelano, resta claro que o objetivo acima exposto - a consolidação da “Diplomacia do Petróleo” - tornou-se parte fundamental do processo de formatação e da prática assumida pela PEV ao longo dos últimos três quartos de século. Assim sendo, restou ao corpo diplomático do país propor a maneira mais eficiente de fazer valer sua vantagem estratégica como o principal provedor de petróleo do hemisfério. Para além da promissora demanda caribenha, e, tendo em vista as dimensões de seu parque industrial, bem como todo o pesado investimento feito no processo de exploração, foram os EUA que se consolidaram folgadoamente como o principal mercado consumidor do óleo venezuelano.

Assim, pelo “potencial petroleiro” dos venezuelanos ser tão vasto, apresentou-se condições para que o país se estabelecesse, também, como o principal provedor energético de outros Estados da região. E, quando se analisa a distribuição das reservas do combustível na América Latina, percebe-se

³³ POERTNER, Michael. “Venezuela Oil Diplomacy and Voting in the U.N. General Assembly”. In: *Journal of International Service*, vol.20, nº 01, 2011.

claramente que as possibilidades da Venezuela tirar proveito econômico e político de sua condição de exportador de hidrocarbonetos são muito mais críveis no contexto das nações centro-americanas e caribenhas do que, propriamente, em relação às sul-americanas.

Isso porque, historicamente no cenário hemisférico, além dos venezuelanos - e em menor quantidade - apenas o México,³⁴ a Colômbia,³⁵ o Equador³⁶ e Trinidad e Tobago exportam petróleo. Por sua vez, a produção da Argentina e da Bolívia vem se mostrando suficiente para suprir a demanda interna. Já Brasil e Peru atualmente passam por um processo de transição, com potencial para, num futuro próximo, também se tornarem exportadores. Ou seja, dentre os países sul-americanos, somente o Chile, o Paraguai e o Uruguai são importadores de petróleo.³⁷

Em contrapartida, todas as nações centro-americanas e do Caribe insular, com exceção da já mencionada República de Trinidad e Tobago, se encontram na mesma situação de chilenos, paraguaios e uruguaios. Além dos trinitinos, apenas Cuba e Guatemala produzem petróleo, porém em quantidades não suficientes para suprir suas demandas internas. Por conseguinte, têm-se consolidado que a dependência desses países em relação à importação do combustível é a mais forte de todo o hemisfério. Consequentemente, ali são mais altas, também, as possibilidades de êxito para o exercício da “Diplomacia do petróleo” por parte dos venezuelanos.

Nesse sentido, e não por acaso, a referida região é tida como prioridade para as relações interamericanas estabelecidas ao longo da história contemporânea da Venezuela. O estudo de Darwich Osorio ajuda a quantificar o

³⁴ Ao lado da Venezuela, o México concentra as maiores reservas latino-americanas de petróleo. Segundo dados da OPEP (www.opec.org), o país detém 1,4% das reservas mundiais do combustível. Por não ser um membro da referida organização, o México não opera por quotas de produção e, por isso, apresenta uma postura agressiva no que concerne às exportações do óleo, produzindo, no ano de 2012, aproximadamente 5% da oferta mundial. A título de comparação, eis os dados venezuelanos: 6,8% das reservas e, apenas, 3,9% da produção global.

³⁵ A Colômbia apresenta um bom potencial energético, pois, apesar da significativa queda nas exportações de petróleo, o país conta com enormes reservas de gás natural e de carbono de alta qualidade, além da abundância de recursos hídricos que, junto com o gás, fazem dos colombianos um ator de peso nos programas de integração energética, especialmente na região mesoamericana (Arriagada, 2006).

³⁶ O Equador conta com 0,4% das reservas totais de petróleo, sendo que o impacto deste comércio nas contas públicas do país é enorme (aproximadamente um terço de suas exportações tem origem na cadeia de exploração do combustível). Portanto, excluindo a Venezuela, não há outra economia na região tão dependente do aporte petrolífero (Arriagada, 2006).

³⁷ ARRIAGADA, Gustavo. “Petróleo y gas en América Latina: un análisis político y de relaciones internacionales a partir de la política venezolana”. In: *Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos*, nº 20, 2005.

importante fluxo comercial envolvendo o petróleo venezuelano e os países caribenhos e centro-americanos. No ano de 1950, do total de exportações do óleo, 44,56% se destinaram aos EUA. Quanto ao restante, o conjunto de países da Europa Ocidental absorveram 20,8%. Por sua vez, se despachou à América do Sul 7,64%, enquanto a América Central e o Caribe consumiram 23,92% do montante total das exportações. Os outros 3,08% destinaram-se a diversos países asiáticos e africanos.³⁸

Novamente, é fundamental ressaltar, porém, tendo em vista os supra-mencionados dados, que a precedência conferida pela diplomacia venezuelana ao relacionamento com os vizinhos caribenhos e centro-americanos não significou a diminuição da atenção e da ênfase nas relações comerciais ante os Estados Unidos da América, nação esta que se manteve, ao longo de todo o século XX, como o principal destino das exportações petrolíferas do país caribenho.

A Redemocratização venezuelana: do sonho modernizador à realidade dependente

Em decorrência da morte de Gómez, em 1935, o cenário político venezuelano foi reorganizado a partir das demandas estabelecidas pelos setores urbanos que, razoavelmente fortes e organizados, lutavam pela melhor distribuição da renda do petróleo. Nesse sentido, a eleição de Eleazar López Contreras - no cargo entre 1936 e 1941 - e, em seguida, o mandato cumprido por Isaías Medina Angarita representaram uma “virada de página” na política do país após décadas de personalismo *gomecista*. As administrações desses dois presidentes ficaram marcadas pela, até então inédita, mobilização técnica das instituições governamentais com vistas a fomentar a economia venezuelana como um todo e o setor petrolífero em particular.

Forjava-se, assim, com o fim do *gomecismo*, o processo de tentativa de reconfiguração político-administrativa do país. O novo cenário caracterizou-se, pois, pelo protagonismo cada vez maior exercido por parte da recém-estabelecida “elite petrolífera” que, por sua vez, e a partir do controle das instituições governamentais, privilegiou a articulação de esforços voltados a promover tanto o adensamento da industrialização - via substituição de importações - como a modernização das instituições administrativas e burocráticas vinculadas ao Estado venezuelano.

³⁸DARWICH OSORIO, Germán. “Institucionalidad petrolera en Venezuela de 1959 a 1963: entre continuidades y discontinuidades”. In: *Cuadernos del CENDES*, ano 25, nº 67, 2008.

No que concerne especificamente à política externa, as relações bilaterais entre Venezuela e Estados Unidos - catalisadas pela assinatura do tratado de reciprocidade comercial de 1939 - chegaram ao ápice durante a presidência de Medina Angarita, entre 1941 e 1945. Naquela ocasião, o aumento na produção do combustível esteve diretamente relacionado à entrada dos EUA na Segunda Guerra Mundial, fato este que, por sua vez, fez crescer consideravelmente a já robusta demanda estadunidense pelo combustível venezuelano, conforme reconhece Charles Hamilton, então vice-presidente da *Gulf Oil Corporation*:

Sin petróleo en grandes cantidades una nación se encuentra hoy sin defensa [...] La contribución de Venezuela, en este aspecto de esfuerzo bélico, nunca ha recibido el reconocimiento que merece. La producción de este país aumentó en un 50 % durante la guerra [...] Este país y el mío produjeron casi todo el petróleo adicional que necesitó la maquinaria aliada. Por supuesto, los Estados Unidos, con su larga tradición productora, dieron la mayor contribución; pero si se juzga el aporte desde el punto de vista relativo, el esfuerzo de Venezuela no fue superado por nadie.³⁹

Aproveitando-se do momento de urgência, no qual o combustível caribenho se tornou componente fundamental para o bom funcionamento da máquina bélica estadunidense, a política externa implementada por Medina Angarita logrou costurar um acordo comercial condicionando a continuidade do provimento de petróleo ao aumento dos repasses à Venezuela. Ou seja, o então presidente beneficiou-se da conjuntura internacional para conseguir renegociar contratos e, com isso, aferir mais lucros relacionados à exploração de hidrocarbonetos no país. Estabelecia-se, assim, a condição necessária para colocar em prática sua mais importante meta política: firmar o processo visando à transformação da renda do petróleo em capital efetivamente produtivo, através do aumento da participação comercial devida ao Estado venezuelano que, por sua vez, passaria a desenvolver uma política de ajuda e proteção (via barreiras alfandegárias) ao então incipiente setor industrial nacional.⁴⁰

O aludido aumento dos fluxos comerciais proporcionados ao país durante a Segunda Guerra Mundial fez com que os governantes venezuelanos firmassem posição sobre a necessidade da intervenção do Estado na economia e, conseqüentemente, sobre a importância de uma política de fomento às indústrias por meio do modelo de substituição de importações. O “governo

³⁹RIVAS, Ronald. “Venezuela, petróleo y la segunda guerra mundial (1939-1945): en ejemplo histórico para las nuevas generaciones”. In: Revista Economía, n.10, 1994, p.24.

⁴⁰ROMERO, op. cit., p. 258.

modernizador” de Medina Angarita centrou esforços no enfrentamento dessa necessidade. Na prática, a mencionada administração impôs medidas destinadas a limitar as importações e lhes atribuir quotas e prioridades. Para tanto, não faltaram recursos, tendo em vista o aumento da disponibilidade de divisas petrolíferas.⁴¹

Assim, em 1943 - através da reforma da lei de hidrocarbonetos de 1922⁴² - as empresas transnacionais aceitaram acatar o pleito de Medina Angarita e passaram a pagar um maior montante a título de royalties (mínimo de 16,7% do total dos lucros operacionais líquidos). O novo marco legal também promoveu a unificação de todas as concessões sob o mesmo regime jurídico. Ademais, as companhias estrangeiras concordaram em construir refinarias no país para, dessa maneira, processar internamente parte do petróleo extraído em solo venezuelano. Tais avanços, em especial o último, melhoraram o desempenho econômico do país, pois o refino do petróleo é a atividade de maior valor agregado nesse segmento produtivo.

Nesse sentido, a Lei de Hidrocarbonetos de março de 1943 assentou as bases para a regulação de cunho nacionalista, a qual seria confirmada inequivocamente pelo novo texto constitucional de 1947.⁴³ A referida Carta Magna é de suma importância para a história contemporânea do país, pois através dela, pela primeira vez, consagrou-se uma arquitetura estatal de corte social (abrangendo e alargando os direitos relacionados à educação, saúde e trabalho) e democrática, a partir de eleições livres, diretas e universais, abarcando, com isso, o voto feminino e o de analfabetos.⁴⁴ Punha-se em marcha, assim, como corolário do atrelamento da atuação do Estado aos dividendos oriundos do comércio internacional de petróleo, “o problema mais geral associado a

⁴¹ MELCHER, op. cit., p. 60.

⁴² Disponível em: http://www.menpet.gob.ve/repositorio/imagenes/file/normativas/leyes/REGLAMENTO_DE_LA_LEY_DE_HIDROCARBUROS.pdf

⁴³ O texto constitucional completo pode ser consultado em: <http://americo.usal.es/oir/legislativa/normasyreglamentos/constituciones/Venezuela1947.pdf>.

⁴⁴ Trata-se, portanto, da materialização constitucional de um novo momento político na história contemporânea da Venezuela, o qual ficou conhecido por “Triênio Adecó” (1945-1948), sendo este o período em que se firma, mesmo que de maneira efêmera, a democracia no país a partir da derrocada do gomezcismo e a consequente início da primazia política exercida pela “*Acción Democrática*” (AD). No âmbito da inserção internacional venezuelana, o país acaba por assumir uma postura mais pronunciadamente liberal do que a assumida em anos anteriores, haja vista o estabelecimento da bipolaridade no contexto do Sistema Internacional da Guerra Fria. Maiores informações sobre este importante período da história contemporânea venezuelana podem ser obtidas, entre outras fontes, em ARRAIZ LUCA, Rafael. *El “trienio adecó” (1945-1948) y las conquistas de la ciudadanía*. Caracas: Alfa, 2011.

um desenvolvimento econômico baseado em recursos naturais: os diferentes desafios enfrentados pelas instituições e pelo estado em particular”.⁴⁵

Em contrapartida, no que diz respeito à relação entre o Estado venezuelano e as empresas petrolíferas transnacionais, renovaram-se as concessões por 40 anos adicionais (contados a partir do término dos contratos então vigentes), bem como foram outorgadas novas e extensas áreas para exploração privada. O processo de renegociação comercial colocou a indústria de hidrocarbonetos venezuelana em posição de contribuir para a industrialização de alguns setores produtivos (manufaturas e agroindústria, principalmente) após o período supracitado. Porém, como até então não havia tradição artesanal e/ou manufatureira no país, a tecnologia e o *know-how* tiveram de ser importados.⁴⁶

O cenário político-econômico acima apresentado demonstra, portanto, um país transformado pelo petróleo. O “ouro negro” modificou as estruturas da sociedade venezuelana, inserindo-a de maneira privilegiada - ao menos em comparação com os demais países latino-americanos - no contexto do comércio capitalista em escala global. Em decorrência da nova conjuntura, conformou-se um mercado interno mais amplo e capaz de absorver uma maior produção mercantil, tanto no campo quanto na cidade. Colocou-se de lado, pois, o passado regido pela monoprodução agroexportadora e, em seu lugar, apostou-se num modelo estruturalmente limitado pela monoprodução petrolífera.

Entre as elites econômicas locais, o aumento na incidência dos proventos adquiridos através do comércio petrolífero se evidenciava pela modificação da natureza de sua participação nas relações econômicas internacionais: a importação de bens e produtos industrializados progressivamente suplantou a exportação agrícola. Materializou-se, assim, um cenário favorável para a atuação do capitalismo financeiro no país. Estabeleceram-se ali, portanto, bancos - majoritariamente de capital estrangeiro - os quais orientaram suas operações para o financiamento do comércio, bem como para o desenvolvimento urbano e do setor de serviços.⁴⁷

Por outra parte, e como consequência da situação acima exposta, se completou na Venezuela o processo de êxodo rural, onde os camponeses oriundos de localidades historicamente voltadas à exportação de produtos agrícolas - especialmente os Estados de Mérida e Trujillo - passam a buscar melhor remuneração nos campos de petróleo do Estado de Zulia. O historiador

⁴⁵ MEDEIROS, César. “Recursos naturais, nacionalismo e estratégias de desenvolvimento”. In: *OIKOS*, vol.12, nº 2, 2013.

⁴⁶ MELCHER, op. cit., p. 68.

⁴⁷ MELCHER, op. cit., p. 70.

Ramón J. Velásquez, no prólogo de seu livro intitulado “Pobreza”, apresenta um relato bastante esclarecedor do fenômeno acima descrito:

Los campesinos iban a conocer el valor del salario, la iluminación eléctrica en sus noches; las botas protegían el pie antes desnudo o calzado a alpargata y el médico sustituía al curandero, al brujo y al milagro sagrado. La noticia del cambio llegaba a los pueblos y campos en las cartas de los emigrantes y tentaba la imaginación de los hermanos y los amigos, quienes también terminaban abandonando la tierra nativa.⁴⁸

Para além das transformações na estrutura demográfica venezuelana, o êxodo rural provocado pelo estabelecimento da indústria petroleira também trouxe consigo uma consequência grave e que é enfrentada até os dias de hoje: o declínio e a precariedade das atividades agrícolas estabelecidas no país. Tal situação faz os índices de importação de víveres e outros produtos alimentícios atingirem patamares extremamente elevados:

El abastecimiento agroalimentario en Venezuela se caracteriza por haberse estructurado en función del consumo de la población concentrada en los principales centros urbanos, y ha estado determinado en gran medida por la progresiva vinculación del sector agroalimentario venezolano al sistema agroalimentario configurado a escala internacional. Este vínculo se tradujo, en la práctica, en un alto grado de dependencia de las importaciones de materias primas para su procesamiento agroindustrial [...] En efecto, a partir de cuándo el precio del barril [de petróleo] se disparó en el mercado internacional, la mayoría de los países productores empezaron a registrar un brusco incremento de las importaciones de alimentos y materias primas de origen vegetal y, como corolario, experimentaron una significativa contracción de la producción agrícola.⁴⁹

A diagnosticada contração da produção agrícola demonstra claramente o fato de que os ganhos comerciais alcançados pela indústria petroleira não conseguiram ser integrados ao desenvolvimento do restante da economia do país. Isso se deu, em grande medida, pois, conforme já exposto, desde o início de suas atividades, a indústria petroleira na Venezuela se constituiu como parte integrante de um negócio transnacional. Ou seja, trata-se de uma atividade *sui generis*, cujo gerenciamento ocorre não internamente, mas em âmbito internacional. No mesmo sentido, e de maneira distinta dos demais setores da economia, a atividade petroleira caracteriza-se pela utilização quase exclusiva de insumos tecnológicos estrangeiros, além de promover,

⁴⁸ VELÁSQUEZ, op. cit., p.37.

⁴⁹ MORALES ESPINOZA, Augusto. “La cuestión agroalimentaria en Venezuela”. In: *Revista Nueva Sociedad*, nº223, setembro/outubro de 2009, p.12.

por motivos relacionados à falta de *know-how* interno, a contratação em larga escala de trabalhadores e gerentes de fora do país. Isto gera, por sua vez, graves tensões sociais nas regiões onde se dá a extração dos hidrocarbonetos, pois, normalmente, são muito poucos os habitantes locais que logram serem incluídos nas plantas laborais das empresas petrolíferas.⁵⁰

Considerações Finais: os “efeitos-colaterais” de uma economia rentista

As especificidades oriundas da estrutura rentista até aqui apresentadas contribuem decisivamente para a edificação de um cenário político-econômico complexo e difícil de ser administrado, tendo em vista a seguinte situação: os governantes venezuelanos almejam obter ampla retribuição patrimonial pela exploração de um recurso natural não renovável; os investidores estrangeiros, por sua vez, pressionam e fazem *lobbies* pela proteção e, principalmente, pelo retorno lucrativo de seus investimentos e, por último, os cidadãos clamam pelo uso racional e planejado dos recursos provenientes da exploração dos hidrocarbonetos. Ao longo da “história petrolífera” da Venezuela, as tensões entre esses três atores, em especial entre os dois primeiros, sempre esteve presente. Em regra, porém, os interesses corporativos dos grandes conglomerados estrangeiros foram privilegiados.⁵¹

Entretanto, em que pesem as mencionadas dificuldades, os valiosos aportes financeiros capitalizados pelo Estado venezuelano em decorrência do comércio petrolífero geraram entre os gestores públicos, ao menos durante as primeiras décadas de atividade petrolífera, uma sensação de que o país havia ganhado na loteria. O dinheiro, literalmente, brotava do chão. Contudo, conforme as décadas seguintes demonstrariam, o “excesso” de divisas e, principalmente, a maneira pela qual elas foram administradas estabeleceu um sistema caracterizado pela concentração progressiva da renda, fator este que, por sua vez, impediu a incorporação de grande parte da população às atividades economicamente produtivas. Tal inconveniente é agravado pela aludida pouca capacidade de absorção da força de trabalho nesse tipo de atividade. Também por isso, as análises mais elaboradas sobre o tema tendem a considerar a exploração do petróleo na Venezuela como uma atividade exógena, passageira e potencialmente danosa ao país. Nesse sentido, tem-se que:

⁵⁰ SCHULDT e ACOSTA, op. cit., p. 23.

⁵¹ LANDER. Luís. “Petróleo y democracia en Venezuela: del fortalecimiento del Estado a la subversión soterrada y la insurrección abierta”. In: *Revista Galega de Economía*, vol. 14, nº 1-2, 2005

De todas maneras, incluso para el caso venezolano, la experiencia nos demuestra a la saciedad que el petróleo por sí sólo no va a resolver los problemas del subdesarrollo, menos aún con una economía petrolera desligada del aparato productivo y cuyos ingresos no se orientan al desarrollo equilibrado y a preparar oportunamente la sustitución de exportaciones de recursos no renovables.⁵²

Assim, tendo em vista a argumentação aqui exposta - a qual buscou retratar, fundamentalmente, os impactos oriundos do comércio internacional de hidrocarbonetos na articulação e na prática da política externa desempenhada pelos venezuelanos ao longo da primeira metade do século XX - é possível identificar um padrão de comportamento relativamente estável, que parece ser decisivo para sedimentar o entendimento sobre as potencialidades e dificuldades enfrentadas pelo país em sua busca pela inserção protagônica no contexto interamericano e mundial: em última instância, dada sua estrutura econômica rentista, o país dispõe de uma posição pronunciadamente instável no contexto das relações econômicas internacionais, na medida em que suas forças e debilidades estão, majoritariamente, atreladas aos, ora expressivos, ora insuficientes, recursos obtidos com a venda de petróleo.

Nesse sentido, conclui-se que a capacidade de atuação e a potencialidade de ganhos por parte da política externa venezuelana estão atreladas à eficiência da “diplomacia do petróleo” que, por sua vez, depende de um cenário favorável no contexto do sistema energético internacional. Assim, a expansão e a maior incidência pretendida pela política externa daquele país estão condicionadas, em grande medida, à constante valorização dos preços do petróleo. Caso contrário, sem o aporte dos proventos rentistas, são grandes as chances de estagnação.

Cumprе salientar, por fim, que mesmo nos cenários de escalada nos preços do combustível, as dificuldades estruturais enfrentadas pela Venezuela não estarão definitivamente solucionadas, pois o país permanecerá atrelado ao rentismo e, conseqüentemente, aos seus efeitos colaterais decorrentes do “paradoxo da abundância”. Assim, a manutenção da característica rentista da economia perpetuará a posição subalterna e dependente do país no contexto da divisão internacional do trabalho, tornando improvável a efetividade de políticas públicas - domésticas e internacionais - desenhadas para conferir maior proeminência aos venezuelanos no âmbito de suas relações econômicas internacionais.

Artigo recebido para publicação em 09/05/2018
Artigo aprovado para publicação em 10/09/2018

⁵² SCHULDT e ACOSTA, op. cit., p. 30.